

DITOS E NÃO DITOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE RIO BRANCO – AC: ALGUMAS ABORDAGENS DECOLONIAIS

SAID AND UNSAID ABOUT THE HISTORICAL CONSTITUTION OF THE CITY OF RIO BRANCO – AC: SOME DECOLONIAL APPROACHES

Sérgio Roberto Gomes de Souza¹
Eurilinda Maria Gomes Figueiredo²
Daniel Iberê Alves da Silva³

RESUMO

A proposta deste artigo é realizar diálogos/problematizações com diferentes narrativas que tratam sobre a constituição histórica da cidade de Rio Branco – AC, considerando a publicação do Decreto Municipal nº 1920, de 28 de dezembro de 2022, que institui Grupo de Trabalho com o intuito de revisar a data de “origem” da localidade, tendo como referências marcos cronológicos relacionados a ações de colonização destes espaços, desenvolvidas por agentes privados e públicos, entre o final do século XIX e início do século XX, recorte cronológico aqui trabalhado. Estes movimentos são, fundamentalmente, marcados por processos de exclusão/silenciamento, assentes em uma colonialidade do poder, do saber e do ser de populações que viviam/ vivem nestes espaços antes da expansão da empresa gumífera, sujeitos que foram vitimados e resistiram à práxis de violência característica da modernidade. Como fontes históricas, utilizamos jornais editados no então Território Federal do Acre, dialogando/problematizando com esses documentos referenciados pelos estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos, através de autores como Anibal Quijano (2005), Enrique Dussel (1993; 2005), Walter Mignolo (2017) e Edgardo Lander (2005), assim como produções acadêmicas que tratam sobre a constituição das cidades, com destaques para os escritos de Michel de Certeau (1988), Maria Stella Bresciani (2002) e Richard Sennett (1994).

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia acreana. Colonialidade. Racialização

ABSTRACT

The purpose of this article is to engage in dialogues/problematizations with different narratives dealing with the historical constitution of the city of Rio Branco - AC, considering the publication of Municipal Decree no. 1920, of December 28, 2022, which set up a Working Group with the aim of revising the date of the "origin" of the locality, taking as a reference chronological milestones related to colonization actions in these spaces, developed by private and public agents, between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, the chronological cutout worked on here. These movements are fundamentally marked by processes of exclusion/silencing, based on a coloniality of power, knowledge and the being of populations who lived/live in these spaces before the expansion of the gum company, subjects who were victimized and resisted the praxis of violence characteristic of modernity. As historical sources we used newspapers published in the then Federal Territory of Acre, dialoguing/problematizing with these documents referenced by Latin American Post-Colonial

¹ Pós-Doutorado em História da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professor Associado da área de História da Ufac.

² Educadora, mediadora e articuladora da Cultura. Graduada em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa. pela Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: tesesergio@gmail.com

³ Indígena do povo M'byá Guarani. Discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre (Ufac).

studies, through authors such as Anibal Quijano (2005), Enrique Dussel (1993; 2005), Walter Mignolo (2017) and Edgardo Lander (2005), as well as academic productions dealing with the constitution of cities, in particular the writings of Michel de Certeau (1988), Maria Stella Bresciani (2002) and Richard Sennett (1994).

KEYWORDS: Acre's Amazon. Coloniality. Racialization.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 28 de dezembro de 2022, o prefeito da cidade de Rio Branco - AC, Sebastião Bocalon, publicou o Decreto nº 1920, constituindo um Grupo de Trabalho (GT) com o intuito de “revisar a história da fundação do município”. A princípio, considerando o teor do mencionado documento, evidencia-se que a temática a ser priorizada nas análises e nas posteriores decisões a serem tomadas pelos incumbidos de revisitar o passado e “revisá-lo”, relaciona-se com a data em que supostamente a localidade foi “criada”. Percebe-se, neste caso, que são explicitadas divergências sobre o mito de origem a ser utilizado como referência, considerando se validam o que atualmente prevalece e está normatizado, caso da suposta data do desembarque de Neutel Maia nestes espaços em 28 de dezembro de 1882, inaugurando posteriormente, em 1884, a casa comercial N & Maia e Companhia, ou a instituição do Distrito de Penápolis pelo então prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro, em 13 de junho de 1909. Antes de dialogarmos/problematizarmos com o pretensioso papel a ser desenvolvido pelo citado Grupo de Trabalho, no entanto, pensamos ser importante enfatizarmos como algumas produções acadêmicas abordam a temática, replicando abordagens que, de certa forma, tornam-se referências para debates com tais características. Destacamos duas.

O historiador Daniel da Silva Klein, por exemplo, em obra intitulada *A borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)*, enfatiza a importância da empresa N & Maia e Companhia para “o crescimento de Rio Branco enquanto cidade” (KLEIN, 2013, p. 145). Baseia sua afirmativa no fato da dita empresa ter controlado partes significativas do que chamou de “solo urbano”, expressão anacrônica, considerando que enxerga uma cidade imaginária⁴, como escreve Michel de Certeau (1988), somente “visível” através do “conceito de cidade” explicitado em plantas, traçados e legislações. De certa forma, Klein reproduz preceitos que marcaram o urbanismo no início do século XX onde se destaca, de acordo com Maria Stella Bresciane (2002), a ideia de um percurso único para o estudo destes espaços, assentes

⁴ No caso, a expressão cidade imaginária refere-se a cidade instaurada a partir do discurso utópico e urbanístico, constituído a partir de três elementos: a) a organização de um espaço racional que recalca possíveis “poluições” físicas, mentais e políticas que a comprometam; b) a implementação de um sistema anacrônico para substituir a teimosia das tradições; c) a criação de um sujeito universal e anônimo, que é a própria cidade (CERTEAU, 1988, pp. 172-173).

em uma perspectiva de causa e efeito, ou seja, delimita-se um começo e acompanha-se a suposta evolução das cidades. Além disso, prosseguindo em suas observações sobre Neutel Maia, registrou que o mesmo também atuava intermediando conversas entre comerciantes e seringalistas do Acre com autoridades estabelecidas no Palácio do Catete, então sede do poder do governo federal brasileiro, expressando sua influência e importância política.

Mesmo reconhecendo que os movimentos de Neutel Maia na Amazônia acreana inserem-se no contexto de colonização da região, Klein não aprofunda a crítica a estes atos de poder, enfatizando em seus escritos datas e trajetos relacionados ao colonizador reproduzindo, de certa forma, concepções que minimizam a presença de outros povos, vidas e vivências nestes espaços. Destaca o ano em que o comerciante partiu do Ceará para a Amazônia, 1881, registra sua passagem por Boca do Acre e a organização do que denominou como expedição de reconhecimento, finalizando com o registro de que, “juntamente com seu companheiro de empreitada, Felismino Alves, Neutel Maia subiu o rio Acre com mais três trabalhadores em uma canoa [...], encontrando nas margens do Acre apenas algumas tribos indígenas” (KLEIN, 2013, p. 51), Observe-se, no caso, que a expressão “apenas”, que consta no texto, parece expor certo desapontamento, evidenciando que seu autor, mesmo que de forma não intencional, replica narrativas próximas às desenvolvidas por Euclides da Cunha (2006) sobre estes espaços. Expressando certo desalento, o autor de “Os Sertões” registrou que, por maiores que fossem os esforços desenvolvidos desde o período colonial por bispos, generais e cientistas renomados em polir “as gentes” que ali viviam, bastava que seguissem para outros pontos para constatarem, no retorno, que “as malocas decaíam de chofre, volvendo a bruteza original” (CUNHA, 2006, p. 26). Como se observa, a imagem discursivamente inventada por Euclides da Cunha relaciona essas populações ao atraso, destacando a pouca importância de suas presenças para o desenvolvimento da região.

Em se tratando da “criação” de Penápolis, recorreremos aos escritos do historiador Eduardo Vilela Thielen (1991), que a partir de diálogos realizados com o *Relatório sobre as Condições Médico-Sanitárias do Valle do Amazonas*, assinado pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz e publicado no ano de 1913, nos informa que o então prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro, desmembrou terras situadas à margem esquerda do rio Acre, anteriormente sob o domínio do Seringal Empresa, por apresentarem melhores condições topográficas, propícias para o desenvolvimento da cidade. Ali, além da estrutura administrativa do Departamento, teriam sido construídas “casas bastante confortáveis, obedecendo a certos moldes de arquitetura e distribuídas em ruas bem orientadas, traçadas num plano geral da cidade, a que ficam sujeitas às novas construções” (THIELEN, 1991, pp. 118-119). Neste caso, a constituição de Penápolis aparece como referência da estruturação de um espaço urbano assente na racionalidade.

Em comum, os escritos de Daniel Klein e Eduardo Thielen apresentam construções referenciadas pelo “amazonialismo”, neologismo pensado pelo historiador Gerson Rodrigues Albuquerque enquanto “um conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que inventam, descrevem, classificam, catalogam, analisam de forma supostamente objetiva e mesmo científica a Amazônia” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 77). Neste caso, ao tratarem sobre a cidade de Rio Branco, parecem não percebê-la enquanto uma invenção do discurso urbano, ocultando, conforme escreve Michel de Certeau (1988), o que compreendem enquanto “poluições” físicas, mentais e políticas que a atravessaram/atravessam. Suas elaborações, de certa maneira, por referendar processos desenvolvidos pelo poder privado e público na tentativa de normatizar e esquadrihar estes espaços, apagam a diversidade característica das cidades e de suas constituições, assim como ignoram as rupturas que afrontaram/afrontam as ideias de progresso e desenvolvimento contínuo, elementos que perpassam a modernidade e sua matriz colonial de poder, como nos lembra o sociólogo peruano Anibal Quijano (2005).

Retornando ao debate sobre a revisão da história da cidade de Rio Branco e a redefinição de suas “origens”, percebe-se uma tentativa, por parte do prefeito Sebastião Bocalon e dos membros do Grupo de Trabalho, de se assenhorem do passado, de redefinirem datas no calendário, de selecionarem eventos e personagens que julgam importantes e devem ser apresentados como referências de uma narrativa histórica que se pretende objetiva e monolítica. Este aspecto nos chama atenção, remetendo-nos a uma passagem do filósofo e crítico literário alemão Walter Benjamin (1987), que se encontra na obra *Magia e técnica, arte e política*, mais especificamente no tópico intitulado *Sobre o conceito da história*. Nela, Benjamin nos lembra que os calendários não servem apenas para marcar o tempo, mas, que são monumentos de uma consciência histórica. Assim, parecem buscar não somente uma data, mas uma origem determinante, a partir da qual derivam os demais eventos. Esquecem, no entanto, como escreve Michel Foucault, que “a história ensina também a rir das solenidades da origem (FOUCAULT, 1999, p. 18).

Enfatizamos, inicialmente referenciados por Fernando Baéz, a importância de percebermos que “qualquer decisão do que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer” (BAÉZ, 2010, p. 297). A eficácia do discurso de poder está justamente naquilo que ele oculta, está na disposição dos vários sentidos dos silêncios que atravessam as palavras, para cristalizar a hegemonia em uma sociedade hierárquica. Esses sentidos se impõem e avançam, não apenas por meio de conteúdos conceituais do ensino. Também são motivos de celebrações, festividades, exposições e visitas a lugares míticos, de todo um sistema de rituais através dos quais se organiza, rememora, “legítima” e confirma “naturalidade” à narração dos acontecimentos. Aliás, sobre este conservadorismo patrimonialista, este desejo de repetição e perpetuação da ordem que celebra uma história teleológica e o patrimônio histórico constituídos a partir de mitos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam, Nestor Garcia Canclini nos alerta:

A política autoritária é um teatro monótono. As relações entre governo e povo consistem na encenação do que se supõe ser o patrimônio definitivo da nação. Lugares históricos e praças, palácios e igrejas servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e os sacerdotes são os atores vicários deste drama (CANCLINI, 2008, p. 163)

Convém ressaltar que este debate sobre o “aniversário” da cidade de Rio Branco já se arrasta por um longo período, explicitando disputas de poder em torno da narrativa a ser sacralizada, dos personagens históricos que devem ser metafisicamente mitificados e da seleção dos eventos que devem ser posicionados no “altar” onde são guardadas as memórias que não podem ser questionadas. Os diferentes atores que protagonizam esta contenda esforçam-se em palavras e gestuais para explicitar suas convicções, mas terminam, como nos ensina Michel de Certeau (1988), por desnudar os lugares de onde falam, explicitando as conservadoras referências que orientam seus procedimentos de investigação e escrita. Não percamos de vista que o colonizador olha para trás, apenas para enxergar um passado de que se serve para consagrar a ordem social do seu presente, que inventa uma súpula hierarquizada de fatos comprometidos com o projeto político de manutenção do grupo no poder. Esta história, única e monocromática – como os rituais, como as sagrações, como os funerais, como as cerimônias, como os relatos – a rigor, opera para intensificar o poder, o jugo da lei e o brilho de sua glória.

Outra estratégia consiste em fazer com que a fala do passado, – proferida sob determinadas circunstâncias históricas e afetada por discursos agenciadores dos sentidos – devidamente controlada e ordenada, pronuncie não o passado, mas o presente. É nesse jogo ambíguo entre a invenção do passado e presente que a resignificação da história vai sendo percebida e “revivida”. Inventa-se uma tradição para justificar a impossibilidade de seu retorno. Prossegue o colonizador afirmando sua miopia frente ao “outro”, ao “diferente”, traduzindo o que lhe é estranho segundo os signos de sua própria e estreita perspectiva. Pouco parecem se importar com o que o historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque (2015) chama de multiplicidade cultural, linguística, ambiental, étnica e social da Amazônia acreana, aliás, das muitas Amazônia que habitamos e que nos habitam.

Evitando trilhar pelo varadouro da diversidade, os que buscam controlar o calendário e o tempo aparentam ser as vozes que reproduzem preceitos de uma matriz colonial de poder, a partir da qual, de acordo com Walter Mignolo (2017), formam-se relações marcadas por discriminações raciais, étnicas, antropológicas ou nacionais. Tais perspectivas nos ajudam a compreender suas opções em sacralizar Neutel Maia ou Gabino Besouro, personificações dos barões do caucho, dos coronéis seringalistas, buscando, a partir destes personagens, as origens de tudo. Nos lembra João José Veras de Souza (2016, p. 175) que, no ápice da empresa gumífera, “proprietários” de seringais e comerciantes se autorrepresentavam e eram representados enquanto desbravadores da Amazônia acreana, os cavalheiros

da modernidade, os protagonistas da civilização nos espaços de “barbárie”. Tais posicionamentos foram fundamentais para a constituição de dicotomias entre colonizadores e colonizados, aí inserida, segundo a socióloga Maria Lugones, “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano” (LUGONES, 2014, p. 936). Neste contexto, o oposto dos “desbravadores modernos” seriam as populações originárias com seus corpos, saberes e fazeres representados de maneira pejorativa, como é visível na primeira edição da Revista da Exposição Antropológica Brasileira, editada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1882, onde se lê que não passavam de

Criaturas que do homem só possuíam a feição e a natureza física; indivíduos que tinham na quase privação da linguagem modulativa e expressora do pensamento, nos gestos toscos e nos costumes símios, boa parte do caráter dos brutos com os quais conviviam e privavam em promíscua ferocidade.⁵

Foi através da ideia de “raça”, demarcada fundamentalmente a partir de características fenotípicas, que estes colonizadores se valeram para definir o que chamaram de uma “natural” inferioridade física e cultural dos colonizados, impondo, como nos mostra Anibal Quijano (2005), uma única identidade racial, colonial e derogatória. Assim, as diferentes populações que viviam/vivem na Amazônia acreana, por exemplo, foram grosseira e pejorativamente chamadas de “índios”, significante que, entre seus diversos significados, relaciona-os a selvageria, indolência, ausências de culturas. Aliás, ressalte-se, reduzir todas as populações originárias a um único termo, constitui um flagrante atentado às memórias destes Povos. Representa outro assassinato, agora, das memórias.

Este movimento desenvolvido através de uma linguagem de poder, homogeneiza diferentes vidas e vivências a uma única palavra: “índios” – expressão que, ao mesmo tempo, constitui-se em um sinônimo de todos e de ninguém. É uma linguagem cristalizadora de um mundo de complacências e submissões, que reduz ao silêncio e à não-existência (“índio” está na tabela periódica, da família do boro e não dos Bororo). A possibilidade destes mesmos povos, tornados invisíveis, falarem suas próprias linguagens perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, as ideologias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista, da pata do boi, dos desertos de monocultivos.

É possível que os membros do Grupo de Trabalho em questão saibam disso mas não se importem, pois veem e se querem vistos enquanto colonizadores, o que explicaria a necessidade de exaltar os seus. Compreendemos, no entanto, que mais importante do que registrar datas/monumentos em um calendário, é o desenvolvimento de diálogos e problematizações que confrontem, como nos diz o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014), com textos que têm por objetivo o prazer, ou seja, que se rendem às normas, às regras, aos cânones, tão ao gosto dos partícipes da infrutífera disputa

⁵ Revista de Exposição Antropológica Brasileira. Rio de Janeiro, Edição nº 01, ano de 1882, p. 02.

de datas, aqui tratada. Como contraponto, propomos que seja adotado um texto de fruição, que além de transgredir a ordem do discurso, também confronte a ordem social e cultural. No caso do Acre, Albuquerque Júnior (2014) lembra que, mesmo com a palavra que denomina estes espaços nos remetendo a sabores amargos e ácidos, se sobressaem “sabores adocicados” quando se trata das narrativas sobre sua constituição, enquanto parte da nação brasileira. Sugerimos a escrita de uma “história acre”.

1 PRÁXIS DE VIOLÊNCIAS: O LADO OCULTO DA MODERNIDADE

Na obra intitulada *Demócrates Segundo, o de las Justas Causas de la guerra contra los indios*, o espanhol Juan Ginés Sepúlveda, importante filósofo do século XVI, discute se é justa ou injusta a guerra que o rei da Espanha e seus compatriotas travam com “aquelas gentes bárbaras que habitam as terras ocidentais, a quem a língua espanhola comumente chama de índios” (SEPULVEDA, 1892, p. 06). Sepúlveda constrói seus argumentos ancorado na concepção de que, nas relações entre os homens, prevalece um natural exercício de poder dos mais fortes sobre os mais fracos, enfatizando que homens e animais estão sujeitos a esta “lei”. Defende então que qualquer tentativa de igualar os diferentes, ou ainda permitir o domínio dos inferiores, seria pernicioso para todos, afirmando na sequência que a recusa dos “bárbaros” em serem dominados pelos “civilizados” caracterizaria, por si, um motivo mais que justificável para a guerra.

Ao analisar os escritos de Ginés Sepúlveda, o filósofo argentino Enrique Dussel nos mostra como expressam um dos principais mitos da modernidade: a autodefinição da cultura europeia enquanto superior, em contraste com as culturas dos povos colonizados, determinadas enquanto inferiores. Por esta perspectiva, a dominação que é exercida sobre o Outro inventado, discursivamente constituído, passa a ser concebida enquanto “uma possibilidade de emancipação, utilidade, bem do bárbaro que se civiliza, que se desenvolve, ou moderniza” (DUSSEL, 1993, p. 75). Os colonizadores modernos, prossegue Dussel, responsabilizam as vítimas pelos genocídios e etnocídios que eles mesmos praticam, ou seja, os culpam pela própria vitimação. As ações de extermínio físico e de culturas são concebidas enquanto uma “guerra justa colonial”, logo, representam uma espécie de sacrifício legítimo, que não imputa culpa a quem pratica, considerando que se trata de um ato “necessário à modernização”.

Talvez pela forma como produzimos/reproduzimos os preceitos constitutivos da matriz colonial de poder, não atentemos para o fato de que essas terras e territórios que hoje habitamos, antes de invadidos e pilhados, contavam com uma diversidade inimaginável de vegetações, águas, gentes que habitavam às margens dos rios, dos igarapés, imersos em florestas preches de alimentos e vidas. Não há quase nenhuma marca deles na geografia de cada um dos municípios da Amazônia acreana, seja em forma de monumento, nome de rua, avenida, praça, ou data comemorativa. Nas florestas haviam indígenas;

depois, indígenas, seringueiros e patrões; depois ainda (ou antes) negros, árabes, portugueses e tantas e tantos. Depois um pouco mais, menos florestas, indígenas e seringueiros, mais capatazes, capangas e patrões dos territórios usurpados. Na matemática do (des)envolvimento que subtrai, menos línguas indígenas e suas culturas, menos modos mais respeitosos de conviver com as florestas, menos alimentos saudáveis, menos artes de curar, menos medicinas tradicionais, menos pajés, benzedeiros, raizeiros. Menos técnicas milenares de tecer, de construir habitações, de cultivar sem agrotóxicos. Menos modos de brincar e festejar. Menos. Mas, diante de tantas pressões e opressões que agem a favor dos apagamentos de memórias e identidades, Baéz chama as nossas atenções para formas de resistência e luta:

Diante da ampliação das fronteiras das desigualdades, o risco de clonagem de modelos hegemônicos, a atomização na rede, o cosmopolitismo maciço, a desterritorialização programada, a colonização midiática, a homogeneização substitutiva, a espoliação e a destruição dos símbolos de comunidades inteiras, diante da epidemia da identidade corporativa, a memória é um sistema imunológico eficaz. O predomínio de identidades reativas e evasivas se explica, portanto, por este período de desterritorialização; formam-se identidades de resistência, apoiadas na base da heterogeneidade e hibridização das marcas sociais. (BAÉZ, 2010, p. 259)

Em meio a tantos motivos para esquecer, lembramos, lutamos, remamos contra a corrente cada vez que constituímos uma consciência histórica de quem somos. O horizonte cultural que nos humaniza compõe nossa base de resistência - pedreiros empilhando sonhos, construindo e sendo construídos, nós e os outros que cá estão conosco neste mundo. Assim, cada “eu” é também “nós” porque são as práticas sociais e políticas que tornam possível a resignificação do passado e do presente, por meio de vivências e formas de expressão como objetos, imagens, narrativas (orais e escritas), lugares, arquiteturas, celebrações, ritos. Desvestindo as roupas com as quais o colonizador nos vestiu, “descolonizamos”.

Compreendemos que uma possibilidade metodológica para confrontarmos estes discursos seria percorrermos os caminhos indicados por Miguel Nenevé e Sônia Maria Sampaio (2015). Para ele e para ela, é importante que desenvolvamos contestações e diálogos com abordagens que tratam sobre a Amazônia e a diversidade de povos e espaços que nela existem. O intuito seria de percebermos o não percebido, o que nos ajudaria na desconstrução de “uma visão única, de uma história solo sobre uma região tão complexa (NENEVÊ; SAMPAIO, 2015, p. 33). Inserem-se nesse contexto, as lutas contra os esquecimentos orquestrados no âmbito de decretos, acordos e negociações regidos pelos poucos que detém em suas mãos o poder de decisão que define destinos e vidas de muitas pessoas. Para desdizer o dito, contrapondo-nos a tais construções de poder, também encontramos inspiração em Baéz (2010), quando questiona os motivos do esquecimento:

O que causa esquecimento nos homens? A apologia ou negação desta ausência tem sido constante. Nietzsche afirmava que para que algo permaneça na memória tem que ser gravado a fogo, só o que não cessa de doer permanece na memória. (BAÉZ, p. 267)

Lancemos, então, nossos gritos de fogo e dor pelas tantas perdas de nós mesmos. Como os galos que acordam manhãs de Drummond⁶, juntos, teçamos um mundo no qual o sentimento de pertença, a consciência de nossas identidades, as singularidades, os infindos modos de ser, fazer e viver e o direito de se autodeterminar pertencente a este ou aquele grupo – e de transitar, tantas vezes achemos necessário e importante, possam tornar-se cada vez mais vivos e pulsantes, para que deles nos alimentamos, para que nunca esqueçamos o que realmente importa lembrar, para que possamos construir livremente as muitas narrativas de que são forjadas as memórias e, assim, exerçamos plenamente o direito de pertencer, de enraizar e desenraizar, de lembrar e esquecer, com todas as falhas, reescritas e adequações que nos permitam nossas livres vontades.

Um dos temas que compreendemos ser fundamental debatermos para as construções propostas nestes escritos, diz respeito às ações de violência praticadas contra as populações originárias que já estavam na Amazônia acreana antes da chegada do colonizador, que hora tentam transformar em personagens responsáveis pelas origens da cidade de Rio Branco. Discuti-las, explicitá-las, constitui-se em ação fundamental para confrontar o mito da modernidade, suas narrativas sobre superioridade física e cultural, desenvolvimento e progresso. Neste caso, enfatizamos que para além do estabelecimento de unidades produtoras de borracha, da circulação de homens e mercadorias, precisamos observar as ações de extermínio, escravização e abusos que foram cometidos na região, pelos que se auto intitulavam “civilizados”. Também importa dialogarmos com os diversos movimentos de resistências, elemento fundamental para nos contrapormos a concepção de que estes eram espaços de vazios, sertões de gentes e culturas.

Iniciamos esta caminhada a partir da leitura de matéria encontrada no jornal *O Cruzeiro do Sul*, editado no ano de 1907 na cidade do mesmo nome, no Território Federal do Acre. Prevalece na publicação a concepção de que as populações originárias que viviam na região constituíam-se em “seres inferiores, portadores de uma barbárie secular, tradicionalmente enraizada”.⁷ Indica o periódico que a “solução” para o problema estaria no “cruzamento” com outros que tivessem atingido “um grau maior de adiantamento da espécie humana, possibilitando assim a desejada perfeição do caráter e inteligência”.⁸ Esta ação de racialização, que destituiu o Outro de uma condição humana plena, caracteriza-se como importante fator para legitimar ações de violência por parte dos colonizadores, bem como para o

⁶ DRUMOND DE ANDRADE, Carlos. Tecendo manhãs. Disponível no endereço eletrônico: https://www.pensador.com/poesias_o_susto_de_carlos_drumond_de_andrade/12/

⁷ O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 20 de janeiro de 1907, ano II, nº 28, p. 01

⁸ O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 20 de janeiro de 1907, ano II, nº 28, p. 01

apagamento de memórias e existências físicas e culturais. Exemplo disso pode-se ver em dados sobre um suposto recenseamento realizado no Departamento do Alto Juruá, no ano de 1907, onde encontra-se que a população da região havia sido elevada “para 12 mil almas, sem contar com os índios, cuja número talvez excedesse 5 mil”.⁹ Como se observa, não se conta o que se compreende como inexistente.

Registros de práticas de violência contra populações originárias podem ser encontrados em jornais editados em diferentes localidades no Acre territorial. Um deles na edição do dia 19 de maio de 1912, do jornal *O Cruzeiro do Sul*. Nele consta que Nicanor Robalino, “proprietário” de seringal, tinha em seu poder cinco “índios” escravizados durante incursões que realizara em regiões onde localizavam-se diferentes rios tributários do Juruá. Entre os escravizados encontrava-se uma “índia” chamada de Maria Pintada e um sobrinho seu, cativos há alguns anos, com mais alguns. As informações foram repassadas ao periódico por um conhecido proprietário do rio Moa, Joaquim Generoso de Oliveira, talvez por estar vivendo situações de conflito com Robalino, garantindo que a esse tempo teve como presente um ou dois desses “índios”. Também registra que fora cativa na região do igarapé Valparaíso, juntamente com mais seis, a “índia” Cameny, que se encontrava em recuperação de uma enfermidade, mas que poderia confirmar tudo que dissera.¹⁰ Em outra publicação do jornal *O Cruzeiro do Sul*, desta vez do dia 16 de dezembro de 1906¹¹, está grafado que a escravização dos “naturais” e o roubo e estupro de mulheres consistia em prática corriqueira dos colonizadores, expressando evidências da “naturalização” destes atos.

Já no jornal *O Município*, em sua edição do dia 28 de abril de 1912, encontra-se grafado que quem à época circulasse pela região do rio Tarauacá, não poderia ignorar que este vale era, até pouco tempo, “infestado por hordas de aborígenes que hostilizavam seringueiros e patrões, a margem dos cursos controlados pela coragem e pelas contingências da vida”.¹² Julgados, condenados e culpados por atravancar a modernidade, esses povos terminaram por ser expulsos de seus territórios, em um conflito caracterizado pelo noticioso como um “embate entre civilização e a selvageria”. Mesmo enaltecendo as ações de personagens nominados enquanto “exploradores”, *O Município* termina por trazer valiosas informações sobre movimentos desenvolvidos pelas populações originárias que caracterizam resistências à morte física, a destruição de modos de vida e a expropriação de seus espaços. Em uma das passagens do texto, por exemplo, está escrito que os indígenas atacados formaram agrupamentos de “tribos” aliadas, enfrentando o colonizador. Este movimento, segundo consta na matéria em análise, teria levado a uma luta renhida com “os exploradores audazes, momento em que Ângelo Ferreira iniciou seu sistema de

⁹ O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – ACD, 13 de janeiro de 1907, ano II, nº 27, p. 03.

¹⁰ O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 19 de maio de 1912, ano VII, nº 204, p. 02.

¹¹ O Cruzeiro do Sul, 16 de dezembro de 1906, ano I, nº 24, p. 01.

¹² O Município, Vila Seabra, 28 de abril de 1912, ano III, nº 83, p. 01.

catequese, conquistando pela bravura, cobiça, ardil e temeridade as terras férteis do ouro negro para a indústria extrativa e a maloca de obstinados selvagens”.¹³

O jornal *O Cruzeiro do Sul* também trata sobre “ataques de índios a seringueiros”. Em sua edição de 22 de julho de 1906 registrou que esses atos eram praticados, principalmente, por “tribos” que viviam nas cabeceiras do rio Envira, tendo como principais protagonistas uma etnia denominada de Capanauás, vindos do rio Jutahi, afluente da margem direita do rio Solimões. De acordo com o periódico, havia inclusive a suspeita de que os indígenas tinham adquirido armas de fogo, o que potencializava seus ataques, junto a Rufino Rodrigues de Farias, Antônio Martins Valente e Mariano Mascarenhas, em troca de borracha, evidenciando as ambiguidades das zonas de contato com os colonizadores. No final dos escritos, no entanto, observa-se uma informação bastante significativa: “depois de um tempo os Capanauás desapareceram dali e só atacam para não serem atacados”.¹⁴

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os escritos do sociólogo e historiador Richard Sennett, percebemos que “as impressões narradas sobre lugares tranquilos e povos felizes são enganosas e frequentemente preferíveis” (SENNETT, 1994, p. 260). Pensando tal abordagem na perspectiva de constituição das cidades, ela nos ajuda a compreender que estes movimentos não podem ser pensados de maneira ingênua, pois são construções históricas e sociais. Suas invenções, atravessadas por mitos de origem, expressam vontades de poder, assim como concepções políticas e filosóficas de pensar os espaços já existentes e construir novos. Estes preceitos, regra geral, orientam-se, como nos diz Edgardo Lander (2005), em narrativas que constituem locais definitivos, ancoradas em metarrelatos universais que nos levam a introjetar e reproduzir que os espaços e seus habitantes passam por movimentos que os levam do “primitivo tradicional até o moderno” (LANDER, 2005, p. 13). Neste contexto, sairíamos das “malocas”, para usarmos uma expressão euclidiana aqui já mencionada, para a sociedade liberal¹⁵, concebida enquanto ápice dessa “evolução”, concepção perpassada pelo suposto e pretensioso caráter universal da experiência histórica europeia, bem como por uma geopolítica do saber.

Propomos uma outra abordagem. Inicialmente enfatizamos nossa compreensão, tendo como referência Rodrigo Vidal (1997, p. 184), que as cidades são territórios sociais, “construídos por um ator individual ou coletivo, em função de certos objetivos e a partir de uma representação do espaço terrestre”.

¹³ O Município, Vila Seabra, 28 de abril de 1912, ano III, nº 83, p. 01.

¹⁴ O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 13 de janeiro de 1907, ano II, nº 22, p. 03.

¹⁵ Ao referir-se a sociedade liberal moderna, Edgardo Lander problematiza com a construção discursiva que a representa enquanto modelo hegemônico civilizatório, ou seja, uma síntese de pressupostos e valores básicos no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e a boa vida (LANDER, 2005, p. 8).

Pensando assim, devemos ficar atentos aos intuitos que se buscam alcançar com suas representações. Portanto, precisamos “desnaturalizá-la”. Comprendemos, dessa forma, a importância de que este movimento trilhe por outros varadouros, que confronte perspectivas colonizadoras. Utilizando como referência os escritos de Maritza Montero (1998), propomos que escutemos muitas vozes e percebamos a diversidade de vidas e vivências que existem nestes espaços. Que tentemos observar e interpretar os diferentes movimentos constitutivos da cidade, a partir dos muitos saberes e fazeres que nela existem. Neste contexto, destacamos a importância de dialogarmos com a concepção de comunidade, de participação e com os saberes populares que as perpassam, reconhecendo o Outro não como um “estranho” que tratamos de maneira indiferente, como objeto, mas sujeitos e protagonistas, como construtores de conhecimentos e atos de existências (re)existências, constituindo modos alternativos de fazer-conhecer.

Autor da obra *O Gentil Acreano*, publicada no ano de 1950, o jornalista, poeta e político José Maria Brandão Castelo Branco descreve a existência de conflitos entre seringueiros e indígenas no final do século XIX, nas margens do rio Aquiri (Acre), ressaltando a presença na região dos povos Arakaris e Canaranas. Também escreve sobre a existência da tradição de que um suave planalto, entre os rios Acre e Abunã, era o habitat dos povos Catianas. O próprio Neutel Maia, apontado em alguns escritos como “criador” da cidade de Rio Branco, relata “encontros” com povos Arakaris e Canaranas nos campos de Capatará (CASTELO BRANCO, 1950, pp. 10-11), terras que hoje situam-se entre os municípios acreanos de Senador Guimard e Capixaba. O Contraditório é que, mesmo mediante tantas evidências históricas, letrados e políticos insistem na tese de “povoamento” da Amazônia acreana a partir do processo de expansão da empresa gumífera, explicitando, como nos diz Gerson Rodrigues Albuquerque, “uma perspectiva de progresso vinculada a industrialização que tinha como modelo alguns países europeus, única rota de desenvolvimento” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 11).

Levando-se em conta que muitos atores sociais aqui já estavam e muitos outros chegaram, contribuindo para processos de invenção/reinvenção destes lugares, consideramos que seria um momento importante para nós repensarmos enquanto reprodutores de discursos colonizadores. Dessa forma, compreendemos que mais importante que definir e oficializar um mito fundador para a cidade de Rio Branco, representado na forma de um número/monumento exposto em um calendário e na sacralização de eventos e personagens, que fosse estabelecida uma data para refletirmos sobre as pluralidades de vidas e vivências que sempre caracterizaram a Amazônia acreana e foram silenciadas, violentamente dizimadas, mas que resistiram/resistem. Mais importante que enaltecer Gabino Besouro ou Neutel Maia, acreditamos ser a criação do Dia Municipal da Diversidade, abrangendo dimensões étnico-raciais, de orientações sexuais, de religiosidades e de culturas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso. **Revista Tropos**, ISSN: 2358-212X, volume 1, número 4, edição de dezembro de 2015.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; SARRAFE, Agenor Pacheco. **UWA' KÜRÜ**: dicionário analítico. Rio Branco-AC: Editora NEPAM, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por uma história Acre: saberes e sabores da escrita historiográfica. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs.). **Desde as Amazônias**: colóquios. Rio Branco-AC: Editora Nepan, 2014.

BAÉZ, Fernando. **A História da Destruição Cultural da América Latina**: Da Conquista à Globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: Lippi, Lúcia (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas** – estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTELO BRANCO, J.M. Brandão. O gentio acreano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol. 207, abril-junho de 1950.

CUNHA, Euclides da. **A margem da História**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano, Artes de Fazer, (Terceira Parte – Práticas de Espaço** - capítulo VII. “Caminhadas pela cidade”. Petrópolis, Vozes, 1988.

DUSSEL, Enrique. 1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história, In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado, 14. ed., Rio de Janeiro (RJ): Edições Graal, 1999.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

KLEIN, Daniel da Silva. **A borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo - SP, 2013.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), PP. 12-32, 2017.

MONTERO, Maritza 1998 Paradigmas, conceptos y relaciones para una nueva era. Como pensar las Ciencias Sociales desde América Latina (Caracas: Dirección de Estudios de Postgrado/Facultad de Ciencias Económicas y Sociales/Universidad Central de Venezuela) 20 de junho de 1998. Seminario Las ciencias económicas y sociales: reflexiones de fin de siglo. NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia. Re-imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região. In: ALBUQUERQUE, Gerson; NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia. **Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização**. Rio Branco: Nepan, 2015.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 20 de janeiro de 1907, ano II, nº 28.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 13 de janeiro de 1907, ano II, nº 27.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 19 de maio de 1912, ano VII, nº 204.

O Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul – AC, 16 de dezembro de 1906, ano I, nº24.

O Município. Vila Seabra - AC, 28 de abril de 1912, ano III, nº 83.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na Civilização Ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1994.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés. Demócrates Segundo, o de las justas causas de las guerras contra los indios. **Boletim de la Academia de la Historia**, tomo 21 (1892), pp. 257-369.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar e, Ciências Humanas, 2016.

VIDAL, R. A cidade e seu território através do reordenamento urbano em Santiago do Chile. In: Projeto. **História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História da PUC (SP)**. São Paulo, 1997.

Enviado em: 09/03/2023

Aceito: 10/07/2023